



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 034

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

Ato da Presidência:**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 08/2003**

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições definidas pelo artigo 19 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e artigo 6º e seguintes do Decreto Legislativo nº 52/84, e considerando:

a) as atribuições indelegáveis da Comissão Executiva previstas no Regimento Interno e no Decreto nº 52/84;

b) que as Comissões Parlamentares de Inquérito deste Poder regem-se segundo o artigo 58, parágrafo 3º da Constituição Federal, a Lei nº 1579/52, o artigo 62, parágrafo 3º da Constituição do Estado do Paraná e o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

c) que para assessorar e auxiliar a execução de seus trabalhos, as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como em caráter transitório, os de outro órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público (inciso I, do artigo 37 do Regimento Interno);

R E S O L V E :

proibir, peremptoriamente, a contratação, a qualquer título, de serviços pessoais de particulares para auxiliar na realização dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito.

1. Comunique-se;
2. publique-se;
3. cumpra-se.

Curitiba, 14 de maio de 2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE MAIO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhores deputados Delegado Braddock e Padre Paulo Campos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor

Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 943**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 227/2003, item 02 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/2003, que objetiva criar cargos de provimento em comissão, com lotação no Centro Cultural Teatro Guaíra, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, para encaminhar.

Não esse projeto, senhor presidente, mas na verdade a Assembléia Legislativa, ainda no ano passado, através do deputado Caíto Quintana, hoje chefe da Casa Civil, entrou com um projeto de lei que visava beneficiar a Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Sabemos que tanto a Escola de Música de Belas Artes como o Teatro Guaíra são duas instituições que merecem o respeito de todos os paranaenses.

Eu gostaria de ler, senhor presidente, senhores deputados e principalmente a Nitis, que é a nossa diretora do Teatro Guaíra e a todos os artistas que estão hoje nas galerias, nas tribunas, o que o deputado Caíto Quintana trouxe à Assembléia Legislativa, originando o autógrafo do presidente Hermas Brandão; deputado Valdir Rossoni, 1º secretário; e, 2º secretário, Antonio Anibelli. A lei diz o seguinte:

“Artigo 1º - Fica acrescido o artigo 2º, renumerando o atual artigo 2º da Lei nº 11.718/97 com a seguinte redação: artigo 2º - enquadram-se igualmente os professores concursados integrantes do quadro de funcionários da Escola de Música de Belas Artes do Paraná que exercem ou exerceram cargos de professor auxiliar, desde que seus currículos à época da contratação tenham sido aprovados com qualificação sem restrição em quaisquer de seus artigos pelo Conselho Estadual ou Federal de Educação, além de inexistirem cursos reconhecidos de doutorado ou pós-doutorado no País na área de atuação, na época da contratação e que a referida contratação tenha ocorrido em data anterior de 30 de junho de 1992. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.” Foi esse o autógrafo enviado para o Palácio Iguaçu.

Para surpresa nossa e acredito que até do próprio deputado Caíto Quintana que hoje é chefe da Casa Civil, recebi agora há poucos instantes - que faz parte desse projeto - o ofício do governador Roberto Requião, com data de 06 de fevereiro de 2003, que diz o seguinte:

“senhor presidente, tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 37/2003 dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando das atribuições conferidas pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 570/2002, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Poder Executivo, fere o artigo 66, incisos 1º e 2º da mesma Carta Constitucional. Este é o motivo que levou-me a vetar o projeto de lei em anexo. Restitua-se a essa colenda Casa.”

Nós votamos hoje uma lei importantíssima que pode resolver definitivamente aquilo que estava emperando a própria parte administrativa e também o Corpo do Balé, de danças, e também a Orquestra Sinfônica, mas nesse momento devo fazer esse registro, que o mesmo governador que se diz tão adepto -, através de alguns oradores, - da cultura do Paraná, veta um projeto que esta casa aprovou, de iniciativa do deputado Caíto Quintana, hoje chefe da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, não é fazer polêmica com o deputado Elio Rusch, por quem tenho profundo apreço e admiração, mas apenas para esclarecer um pouco o Plenário.

Este projeto foi vetado pelo governador Roberto Requião e deveria ser vetado. A prerrogativa é do Poder Executivo, de fazer esses remanejamentos do ponto de vista do quadro das universidades. É o artigo da Constituição.

Ao governador não caberia fazer diferente. O que ele não vai fazer, diferentemente talvez de outro governador, é permitir que se mexa de uma forma muitas vezes sem pensar, sem planejar, irresponsavelmente, no ensino superior do Estado do Paraná.

A Faculdade de Artes do Paraná, sediada em Curitiba, a Escola de Belas Artes, a Secretaria da Ciência e Tecnologia está estudando detalhadamente porque nós pensamos, ou em agregar essas duas unidades ou à Universidade Federal do Paraná ou à Universidade de Ponta Grossa. Não dava para ela ficar sediada, a sua vinculação com a sede em Jacarezinho.

Então, é com esse objetivo que o governo ainda não trouxe uma decisão definitiva nem em relação à questão funcional e do ponto de vista pecuniário dos seus trabalhadores, mas também da sua vinculação maior. Já disse aqui em outras ocasiões, que o governo está estudando a regularização da situação dos professores e funcionários das escolas públicas de nível superior do Estado inteiro e inclusive a reestruturação dos institutos, das escolas e das faculdades isoladas.

Por isso, deputado Elio Rusch, o deputado Caíto Quintana teve uma boa intenção, de melhorar o funciona-

mento dos professores dentro da Faculdade e Artes do Estado do Paraná, mas a prerrogativa é do governador, que vai fazer a melhoria em todo sistema, melhorando inclusive a condição salarial dos professores de ensino superior do nosso Estado. Eram esses os esclarecimentos que tinha para fazer.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, só gostaria de também lembrar, falando em cargos, e quando se fala de cargos alguns se arrepiam, não sei por quê.

Alguns se arrepiam como se tivessem sido picados por não sei o quê.

Agora, senhor presidente, estava lembrando aqui que há questão de uns sessenta dias atrás, estivemos discutindo sobre a Penitenciária de Ponta Grossa que foi construída no governo anterior e que até hoje está parada, não está em funcionamento por uma única razão, deputado Bradock: falta de pessoal para dirigi-la.

Naquela época, cheguei a entrar em debate com o deputado Vanhoni, quando estavam aqui os agentes penitenciários, e ele falou aqui que o governador preferia sempre fazer o concurso público, porque entende que o concurso público é salutar, é mais importante para os quadros do Estado.

Perfeitamente, também sou favorável. Mas naquele momento, senhores deputados, senhoras deputadas, senhor presidente, eu pedi ao governo, na condição de deputado representante de Ponta Grossa, que criasse alguns cargos, terceirizados, ou criasse alguns cargos que poderiam ser até em comissão, para resolver o caso da penitenciária que até hoje permanece fechada. Neste final de semana tivemos uma tentativa de fuga de mais de 20 presos. Quase conseguiram escapar de novo, se não fosse a rápida ação da polícia.

Então, é nesse momento que analiso de novo. Quando o governo quer, vai. Quando o governo quer, faz. Estamos vendo agora que quando o governo quer fazer alguma coisa, quando há interesse do governo, quando quer fazer acontecer, faz: manda os cargos em comissão e resolve um problema que era pago por faturamento ou por licitação, não sei o que lá atrás.

Eu só gostaria de deixar este lembrete aqui: quando é para resolver a Penitenciária, a comunidade tem que ajudar, a prefeitura tem que dar dinheiro de Ponta Grossa e fazer convênio, porque não tem dinheiro do Estado, não tem como contratar os Agentes Penitenciários.

Então, lá está parada a Penitenciária e deve ficar mais uns trinta ou quarenta dias até que uma solução venha. Aí, o governador diz que não tem e que prefere o concurso, mas aqui, mais uma vez, nós vemos que quando o governo quer, resolve! Manda cargos em comissões!

Não sei se não poderia haver uma emenda nessa lei e que esses cargos jamais poderiam ser preenchidos por

outros, a não ser técnicos do Teatro Guaíra. Não sei se tecnicamente ainda podemos colocar esse item na lei, mas deveriam ser carimbados esses cargos: só poderão usar os cargos os membros do Teatro Guaíra que estiverem de acordo com a determinação da direção do Teatro Guaíra, seja lá quem for, por quanto tempo for. Se um, de repente, quiser sair, troco por outro; sou favorável à idéia, mas, deveria ter esse item na lei: só poderão ser contratadas pessoas ligadas ao Teatro, dentro daquilo que estamos aprovando nesta Casa.

Eu gostaria que, mesmo que não tivesse a lei, que ficasse registrado nesta Casa que o deputado Jocelito fez esse pronunciamento e gostaria que se cumprisse, pelo menos na palavra, que os cargos do Teatro Guaíra aprovados aqui serão cargos que somente serão da ordem técnica do Teatro Guaíra.

Faço esse registro e digo, mais uma vez, ao pessoal do Teatro Guaíra, que já votei favorável e vou votar a favor, de novo, pelo cargos, mas, também dizer que o nosso governador disse daquela tribuna ali: não me deixem errar!

Estou dizendo de novo hoje: o nosso governador tem dois pesos e duas medidas. Para a penitenciária não tem funcionários; tem que haver concurso. Mas, quando há interesse do governo, aí tem cargos em Comissão!

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados!

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Nós votamos favoravelmente à criação dos cargos, mas é preciso que a Assembléia saiba e que a consciência do Paraná saiba que há perto de vinte e quatro profissionais de dança, profissionais efetivos que já haviam, em outro tempo, feito concurso para o Balé Guaíra e precisam, para ganharem igual aos novos cargos criados, uma mensagem do governador que os equipare aos novos profissionais. O líder do Governo precisa trazer à Casa, conversando com o secretário da Administração, uma proposta que coloque em paridade todos os profissionais do Balé e da Orquestra, porque senão, vamos ter no Balé e na Orquestra uma situação igual aos sargentos do governo Jaime Lerner: os de primeira e os de segunda categoria.

O SR. DELEGADO BRADOCK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Quero somar ao deputado Jocelito Canto, porque, quando se trata de Ponta Grossa, para atender as pessoas mais humildes, o governador não tem dinheiro, realmente. Quando se trata de fechar o curso de Medicina em Ponta Grossa, o governador está disposto.

Não estou aqui contra o Teatro Guaíra, em hipótese alguma, mas acho que o governador persegue de uma certa maneira, em pouco tempo, a cidade de Ponta Grossa. Estou em pleno acordo com o deputado Jocelito Canto.

Em uma reunião que tivemos na secretaria, onde foi prometido aos deputados de Ponta Grossa, que a penitenciária seria aberta em trinta dias, se passaram os trinta dias e Ponta Grossa ficou no esquecimento.

Só para fazer essa lembrança e me solidarizar com o deputado Jocelito Canto.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

O SR. ELIO RUSCH (**Justificativa de Voto**)

Nós votamos a favor, como toda a Bancada de Oposição. Só esperamos que o governador do Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura, possa encontrar um mecanismo para que realmente todos os integrantes do Corpo de Balé ou do Corpo de Dança do Teatro Guaíra possam ter os seus salários equiparados, sejam iguais, que realmente não venhamos a ter uma diferenciação.

Essa foi a minha preocupação quando fiz a minha primeira intervenção, quando eu pedi ao líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, quais seriam os valores e para quem seriam atribuídos nós fomos informados, mas não sabemos até agora ainda quantas pessoas estão no Corpo de Balé, quantas pessoas estão na Orquestra Sinfônica e quanto cada um percebia.

Até faço depois para a nossa Nitis a entrega de uma cópia do requerimento que apresentamos, para que fique claro, definitivamente. Nós fomos informados pelo líder do Governo, mas o deputado Rafael Greca levanta exatamente essa dúvida e que vai ficar dentro da mesma instituição, no mesmo Corpo de Dança do Teatro Guaíra, com diferenciação de salário.

Isso não pode acontecer, o governador tem que mandar uma mensagem para cá!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que altera a Lei nº 14.035/2003, que disciplina a o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CECE.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 944, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Retirado pelo autor.**

Está em discussão o projeto.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para justificar esse projeto, eu já havia conversado com o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni. Foi sanada uma dívida em relação aos profissionais de artes marciais, mas, eu gostaria de chamar a atenção desta Casa, porque recebi há pouco um telefonema do Conselho Regional de Educação Física, e gostaria de ter mais informações a respeito desse projeto.

Quero dizer que nós poderemos esperar por mais cinco Sessões, para que possamos nos aprofundar e não podemos ser induzidos a erros, porque o que diz aqui no parágrafo único é que não estarão sujeitos à fiscalização do Conselho os profissionais de dança, xadrez, artes marciais, yoga, seus instrutores, professores e academias. Sei de casos aí que pessoas morreram até porque alguns profissionais que não têm a instrução devida, acabaram levando jovens, principalmente, a instruí-los de forma errônea, ocasionando alguns problemas de saúde e outros até motivando a violência através das artes marciais.

Então, minha preocupação é essa, para que possamos retirar por mais cinco Sessões, apenas, e aprofundar ainda mais esse debate.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para discutir**)

Nós derrubamos o veto, o governador Jaime Lerner vetou-o na legislatura passada e nós derrubamos seu veto.

De uma maneira equivocada, no corpo do projeto há uma citação chamada “atividades físicas”, não há legislação federal nenhuma a esse respeito, nem na Constituição e em nenhum projeto de lei no Congresso Nacional. O que os profissionais da área de educação física e o seu conselho estão fazendo com a derrubada deste veto aqui no Estado do Paraná? Estão indo nas academias de dança do Paraná e multando e fazendo com que elas sejam obrigadas a fechar porque não têm o curso de Educação Física, estão realizando isso.

No Studio D já foi a fiscalização com base nesse projeto que nós derrubamos o veto aqui; não se justifica isso. Na Universidade Católica do Paraná, na Universidade Federal do Paraná não se ensina dança nem moderna, nem dança clássica, nem dança de tipo nenhum. Quem tem a responsabilidade de fazer essa expressão, essa contribuição para ensinar aos jovens a dança no nosso Estado, são as academias de dança, que estudam dança e se formam dançarinos e depois abrem as suas academias. Tem toda uma federação, tem todo um conjunto de entidades que fiscaliza isso.

A mesma coisa para a yoga, que é uma expressão de cultura do Oriente, que invadiu na década de 60, sobretudo os Estados Unidos, depois a Europa e a América do Sul, trazendo esta cultura ao nosso País. A yoga, além de prática de exercícios físicos, milenar, mais de 5000 anos, anterior ao Ocidente, anterior às universidades criadas na França, na Inglaterra, no Brasil, nos Esta-

dos Unidos, já detinham conhecimento sobre a estrutura física e anatomia do ser humano e utilizavam isto como um caminho de aperfeiçoamento do espírito e da alma dos homens e trouxeram isto para o Ocidente.

Na Universidade Católica, volto a dizer, não se ensina yoga. Mestre de yoga é mestre de yoga. Então, é errado o Conselho Estadual de Educação Física do Estado do Paraná ou o Conselho Federal de Prática de Educação Física vir cobrar a permanência e existência de um membro formado pela Universidade numa academia de yoga.

A mesma coisa para as artes marciais. Um mestre de judô. Judô é caminho para o aperfeiçoamento tanto no físico como do ponto de vista espiritual. E esta cultura também foi trazida para o Ocidente, vinda do Oriente, trazendo a luz do sol nascente para iluminar o caminho dos homens aqui do Ocidente. Não se aprende artes marciais nas universidades. Se algum estudante, se algum mau professor cometeu algum desatino, agredindo, utilizando esta prática para trazer mais violência para a nossa sociedade é muito mais em decorrência do seu caráter, da sua vida pessoal. As academias não têm esta prática, e nós não podemos exigir que para abrir uma academia de judô, o mestre Kenpô aqui em Curitiba, tenha que cursar Educação Física na Universidade Federal do Paraná. Não há garantia nenhuma de que estudando Educação Física ele tenha esse diploma universitário e que nenhuma violência seja cometida na sua academia.

Então, a cobrança, a exigência, primeiro é institucional, não tem legislação federal e nós fomos induzidos ao erro. É preciso que o Conselho Estadual e o Nacional fiscalizem as academias, a prática de educação física, o exercício, para que se o coração de uma pessoa não tiver o ritmo correto lá na prática exaustiva de academia, tenha todo um acompanhamento. Isto é lógico, é sensato.

Então, por isso, em nome da cultura, em nome da arte, em nome da expressão e pela impropriedade da fiscalização - porque me parece muito mais um interesse pecuniário, porque se eu tiver que cobrar a exigência e ter que cobrar depois a carteirinha, é lógico que daí o Conselho de Educação Física vai ser beneficiado.

Já aprovamos uma legislação aqui no Estado que beneficia, e muito, a prática de educação física, quando nós derrubamos o veto do governador. Agora, para corrigir uma distorção nesta lei, peço ao deputado Homero Barbosa, que é nosso amigo, que se preocupa com as questões também do esporte e da cultura do nosso Estado, que compreenda que não tem cabimento a gente retardar esta votação.

Estamos corrigindo um erro que nós mesmos aqui cometemos ao derrubar o veto, sem atentar por estas caracterizações que estavam no acordo daquele projeto!

O governador Jaime Lerner, na integralidade do projeto, estava correto ao propor o veto para a Assem-

bléia Legislativa. Nós é que erramos, derrubando o veto, sem fazer essa adequação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, para retificar as palavras do deputado Ângelo Vanhoni, realmente é impossível que o interesse pecuniário prevaleça sobre o interesse da arte e sobre o interesse do aperfeiçoamento cultural e espiritual do ser humano.

O que nós estamos percebendo? Esse conselho particularmente tentou em Brasília uma regulamentação da profissão de yoga, da profissão da dança, como se fossem profissões vinculadas ao Conselho Federal de Educação Física. Com isto estabeleceu-se uma cobrança em cima das entidades que promovem e que têm esse tipo de atividade. Temos aqui no Paraná um curso de dança promovido numa universidade específica.

Então, não podemos, em momento algum, entender que seja algo ligado à educação física.

Então, queremos reiterar a necessidade de aprovarmos o mais rapidamente possível isto, porque as escolas de dança, de yoga e de artes marciais, que têm lei municipal, que fiscaliza sobre o aspecto do excesso, de higiene, da forma como é administrado dentro da escola, para conter a violência. Há uma lei municipal, em Curitiba, nesse sentido.

Não podemos deixar que isso prolongue, uma vez que todas essas escolas, hoje, estão sendo pressionadas e estão sendo em certa forma coagidas a pagarem uma taxa que não devem.

Eu gostaria de pedir, senhor presidente, que a gente votasse esse projeto o mais rapidamente possível, com todo respeito à colocação do deputado Barbosa Neto, entendendo que ele o faz no melhor sentido.

Com relação à academia de dança, yoga e artes marciais que não sejam academias de quinta categoria - infelizmente existe de tudo. Mas não são, em hipótese alguma, aquelas academias sérias de jiu-jítsu, de judô, de caratê, etc, não são academias que sejam ligadas a alguém que tenha feito um curso de educação física, para se tornar um mestre, também nesta arte marcial. Há a necessidade de se conter a violência e de haver a fiscalização, por parte do poder público e da polícia social, uma atividade sobre essas atividades.

Não podemos deixar que esse processo de extorsão, que está sendo cometido contra as escolas e as academias que trabalham seriamente no Estado do Paraná, possa continuar. Elas não devem e estão sendo coagidas a pagar sobre o risco de fecharem as suas portas.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Senhor presidente.

É apenas para justificar que esse meu requerimento foi no sentido de poder aprofundar esse debate e essa discussão, já que o próprio Conselho Regional de Educação Física entendia que haveria essa fiscalização, em relação às academias de atividades físicas e não desportivas.

Como são artes, manifestações culturais, eu gostaria de pedir aqui a retirada do meu requerimento.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está deferida a retirada do seu requerimento.

Em votação o projeto e ressalvada a emenda da comissão.

Os deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação a emenda.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada. O projeto irá à 3ª Discussão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 943, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 050/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 007 e 010/2003.

Levanta-se a Sessão.